

26-07-2021

O estado neoliberal face à Covid-19: o financiamento de políticas sociais

(Síntese de artigo publicado - [veja aqui](#))

Diego de Oliveira Souza

[Doutor em Serviço Social/UERJ. Professor do PPGSS-UFAL/Maceió e da graduação em Enfermagem/UFAL/Arapiraca]

Em meados de 2020, escrevi o artigo assinalado no título discutindo um ponto nevrálgico da pandemia, mais especificamente, para o seu enfrentamento. O artigo enfatiza o financiamento da saúde pública, embora aborde um pouco sobre gastos públicos em geral. Isso porque, considerando que a pandemia é um processo determinado socialmente, suas raízes e seu enfrentamento são forjados dentro e fora do setor sanitário, no sentido estrito. Essa condição nos levou à discussão da sociedade em geral e, no caso aqui abordado, do Estado.

Busquei a concepção de Estado na teoria marxista, em especial para entender a sua atual fase histórica, neoliberal. Entendo que a análise (logo, a crítica) não pode se voltar apenas a uma fase ou a um governo, num país. É preciso entender as particularidades no bojo da totalidade, o que no caso do Estado pressupõe considerar a hierarquização internacional do trabalho, logo, dos Estados-nação em face de um capitalismo mundializado.

Com base nessa premissa, parti de dados do financiamento das políticas sociais, antes e durante a pandemia, mas no sentido de romper sua superfície empírica rumo aos seus fundamentos.

Uma ressalva importante é que os dados no curso da pandemia são dinâmicos e logo ficam desatualizados. Antes da publicação do artigo na revista *Temporalis*, já em 2021, pude atualizar alguns dados, mas que, provavelmente, já estarão desatualizados quando encontrarem a maior parte dos leitores, embora ainda válidos em sua articulação com os fundamentos que subjazem à conjuntura. É com esse raciocínio que, entre vários aspectos presentes no artigo, destaco dois deles: a determinação da hierarquização internacional entre os Estados-nação sobre as diferenças no financiamento das políticas sociais e a (pseudo)derrocada do neoliberalismo no curso da pandemia.

Sobre a primeira questão, trago dados da *Organization for Economics Cooperation and Development* (OECD), revelando uma evidente divisão entre aqueles países que conseguem investir em saúde pública e os que não conseguem (não podem). Isso porque entre 49 países comparados, observei que os 10 primeiros do ranking se caracterizam por serem países de capitalismo avançado e os 10 últimos, países de economia dependente. Entre esses últimos, está o Brasil, na 40ª posição entre 49 países comparados, com cerca de 4% do seu Produto Interno Bruto (PIB) investido em Saúde.

Essa condição também se reproduz ao longo da pandemia, pois, de acordo com dados do *Bank of America Merryll Lynch* (BofA), os países que mais investiram recursos públicos no enfrentamento da Covid-19 e de suas reverberações sociais, ao final de 2020, foram aqueles considerados desenvolvidos, como Japão (63,7% do seu PIB) e França (37,5%).

No outro extremo, países como Brasil e Turquia investiram 11% e 12% do seu PIB, respectivamente.

Esses dados revelam que existe uma dinâmica de desigualdade que extrapola a luta de classes dentro das nações e se transmuta em relações imperialistas mundiais, quando se define o balanço neoliberal de privilégios e desvantagens. Países como o Brasil, para além da sua vontade política predominante, deparam-se com os mecanismos internacionais que punccionam o seu fundo público, arrastando-o, por exemplo, para a dinâmica financeira. Também não nos enganemos em achar que a saída, então, seria buscar a condição de país de capitalismo avançado, pois nem se trata de um resultado alcançável pela mera decisão do governo e cidadãos de um país, nem se trata de um processo histórico que poupe os países avançados das idiosincrasias capitalistas. Um sintoma dessa questão está no fato de que, ainda que alguns países avançados invistam mais em saúde, não o fazem, necessariamente, sob uma lógica que se volta às necessidades e demandas da classe trabalhadora. O investimento pode ser apenas um subterfúgio para retroalimentar o complexo médico-industrial/financeiro, financiando-o indiretamente e protegendo-o fiscal e juridicamente na égide do Estado.

Vejamos o caso dos Estados Unidos da América (EUA), supostamente o maior gasto público em saúde (ver Quadro 2 do artigo), mas em uma dinâmica que favorece seguros e mercantiliza a saúde. A pandemia de Covid-19 agiu como uma lupa sobre as fragilidades das políticas sociais dos países desenvolvidos ou não, desafiados a buscarem soluções que escapam às artimanhas do mercado ou da especulação financeira (veja-se o caso do próprio EUA ou do Reino Unido). Quando a solução precisa sair do mundo da fantasia e se voltar à vida terrena, percebe-se que não é o mercado que resolve os problemas sociais, mas sim os seres humanos, pelas suas formas de organização para o enfrentamento social, não apenas na limitada instância estatal, mas, primordialmente, pela luta de classes.

Por fim, o fato de os países em geral precisarem investir mais em políticas sociais durante a pandemia do que a “cartilha” neoliberal rege, não significa que houve a derrocada dessa fase histórica, mas apenas a exponenciação das contradições iminentes do Estado. Mesmo durante a pandemia, o sistema do capital conseguiu manter a especulação financeira ativa, produzir novos bilionários e acentuar a dependência dos países pobres. Não obstante, aquele investimento estatal maior do que o patamar normalmente esperado, será, certamente, cobrado pelo capital mais à frente.

E, como sempre, quem paga a conta é a classe trabalhadora, sobretudo na periferia do capital. Por isso, para além de enfrentar governos ou conjunturas particulares, precisamos nos levantar contra o sistema do capital, mirando suas raízes. Entender a natureza do Estado e sua faceta atual é passo importante dessa jornada. Esperamos que o artigo contribua para esse debate, junto aos leitores da Coluna Opinião. ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.